

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	16
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	31

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	80
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	82

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.106.227
Preferenciais	3.364.440
Total	5.470.667
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	600
Total	600

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/01/2014	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/01/2014	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2014	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2014	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	18/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	28/02/2014	Ordinária		0,08600
Reunião do Conselho de Administração	18/12/2013	Juros sobre Capital Próprio	28/02/2014	Preferencial		0,08600
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2014	Juros sobre Capital Próprio	28/02/2014	Ordinária		0,06260
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2014	Juros sobre Capital Próprio	28/02/2014	Preferencial		0,06260
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2014	Juros sobre Capital Próprio	07/04/2014	Ordinária		0,11400
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2014	Juros sobre Capital Próprio	07/04/2014	Preferencial		0,11400

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	35.208.000	34.432.000
1.01	Ativo Circulante	1.379.000	1.090.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	814.000	340.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	69.000	86.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	69.000	86.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	69.000	86.000
1.01.03	Contas a Receber	260.000	373.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	260.000	373.000
1.01.03.02.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	260.000	373.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	158.000	215.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	158.000	215.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	78.000	76.000
1.01.08.03	Outros	78.000	76.000
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	78.000	76.000
1.02	Ativo Não Circulante	33.829.000	33.342.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	592.000	631.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	588.000	626.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	588.000	626.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.000	5.000
1.02.01.09.03	Outros Ativos	4.000	5.000
1.02.02	Investimentos	32.708.000	32.181.000
1.02.02.01	Participações Societárias	32.708.000	32.181.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.303.000	2.179.000
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	30.405.000	30.002.000
1.02.03	Imobilizado	69.000	70.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	69.000	70.000
1.02.04	Intangível	460.000	460.000
1.02.04.01	Intangíveis	460.000	460.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	35.208.000	34.432.000
2.01	Passivo Circulante	1.125.000	1.012.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.000	68.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24.000	68.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.101.000	944.000
2.01.05.02	Outros	1.101.000	944.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.097.000	936.000
2.01.05.02.04	Remuneração do Pessoal-Chave da Administração	2.000	5.000
2.01.05.02.05	Outros Passivos	2.000	3.000
2.02	Passivo Não Circulante	357.000	289.000
2.02.02	Outras Obrigações	5.000	0
2.02.02.02	Outros	5.000	0
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	5.000	0
2.02.03	Tributos Diferidos	5.000	4.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.000	4.000
2.02.04	Provisões	347.000	285.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	347.000	285.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	347.000	285.000
2.03	Patrimônio Líquido	33.726.000	33.131.000
2.03.01	Capital Social Realizado	21.995.000	22.000.000
2.03.01.01	Capital Social	22.000.000	22.000.000
2.03.01.02	Ações em Tesouraria	-5.000	0
2.03.02	Reservas de Capital	425.000	406.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	395.000	376.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	25.000	25.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.000	7.000
2.03.04	Reservas de Lucros	12.140.000	11.593.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.204.000	1.120.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	10.936.000	9.856.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	617.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-841.000	-875.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.707.000	1.223.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.000	-9.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.000	2.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-112.000	-74.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-112.000	-74.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.824.000	1.304.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.707.000	1.223.000
3.06	Resultado Financeiro	12.000	0
3.06.01	Receitas Financeiras	17.000	10.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.000	-10.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.719.000	1.223.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.000	59.000
3.08.02	Diferido	-38.000	59.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.681.000	1.282.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.681.000	1.282.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,31000	0,24000
3.99.01.02	PN	0,31000	0,24000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,31000	0,24000
3.99.02.02	PN	0,31000	0,24000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	1.681.000	1.282.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	34.000	-275.000
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes de Controladas em Conjunto	40.000	-271.000
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes de Controladas	-6.000	-4.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.715.000	1.007.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	23.000	12.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-104.000	-71.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	1.681.000	1.282.000
6.01.01.02	Juros sobre Debêntures	0	6.000
6.01.01.03	Juros sobre Notas Promissórias	0	3.000
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.824.000	-1.304.000
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	38.000	-59.000
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	1.000	1.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	127.000	83.000
6.01.02.01	Redução em Ativos Financeiros	18.000	16.000
6.01.02.02	Redução em Outros Ativos	196.000	195.000
6.01.02.03	Redução em Provisões e Demais Passivos	-87.000	-128.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.255.000	1.081.000
6.02.01	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Recebidos	1.255.000	1.081.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-804.000	-756.000
6.03.01	Subscrição de Ações	6.000	0
6.03.02	Aquisição de Ações para Tesouraria	-5.000	0
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-805.000	-546.000
6.03.04	Pagamento de Notas Promissórias	0	-210.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	474.000	337.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	340.000	332.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	814.000	669.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	14.000	-679.000	0	0	-665.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	19.000	0	0	0	19.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-5.000	0	0	0	-5.000
5.04.08	Dividendo - Excendente ao Mínimo Obrigatório Exercício Anterior	0	0	-617.000	0	0	-617.000
5.04.09	Reorganizações Societárias	0	0	-62.000	0	0	-62.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.681.000	34.000	1.715.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.681.000	0	1.681.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	34.000	34.000
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	80.000	80.000
5.05.02.06	Ajustes Acumulados de Conversão (CTA)	0	0	0	0	-193.000	-193.000
5.05.02.07	Ganhos com Hedge	0	0	0	0	140.000	140.000
5.05.02.08	Benefícios Pós Emprego	0	0	0	0	7.000	7.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.226.000	-1.681.000	0	-455.000
5.06.04	Reserva Legal	0	0	84.000	-84.000	0	0
5.06.05	Reservas Estatutárias	0	0	1.142.000	-1.142.000	0	0
5.06.06	Dividendos	0	0	0	-82.000	0	-82.000
5.06.07	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	-373.000	0	-373.000
5.07	Saldos Finais	22.000.000	427.000	12.140.000	0	-841.000	33.726.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	21.000	-676.000	-345.000	0	-1.000.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	21.000	0	0	0	21.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-73.000	0	-73.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-272.000	0	-272.000
5.04.08	Dividendos - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anteriores	0	0	-610.000	0	0	-610.000
5.04.09	Reorganizações Societárias	0	0	-58.000	0	0	-58.000
5.04.10	Outros	0	0	-8.000	0	0	-8.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.282.000	-275.000	1.007.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.282.000	0	1.282.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-275.000	-275.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	937.000	-937.000	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	64.000	-64.000	0	0
5.06.05	Reserva Estatutária	0	0	873.000	-873.000	0	0
5.07	Saldos Finais	16.500.000	353.000	13.162.000	0	19.000	30.034.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.000	-6.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.000	-2.000
7.02.04	Outros	-2.000	-4.000
7.02.04.01	Convênio de Rateio de Custos Comuns	-1.000	-2.000
7.02.04.02	Outros	-1.000	-2.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.000	-6.000
7.04	Retenções	-1.000	-1.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.000	-1.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-4.000	-7.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.844.000	1.316.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.824.000	1.304.000
7.06.02	Receitas Financeiras	17.000	10.000
7.06.03	Outros	3.000	2.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.840.000	1.309.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.840.000	1.309.000
7.08.01	Pessoal	3.000	2.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.000	2.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	151.000	15.000
7.08.02.01	Federais	151.000	14.000
7.08.02.02	Estaduais	0	1.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.000	10.000
7.08.03.01	Juros	5.000	10.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.681.000	1.282.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	373.000	273.000
7.08.04.02	Dividendos	82.000	72.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.226.000	937.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	42.769.000	41.929.000
1.01	Ativo Circulante	5.129.000	5.252.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.904.000	1.539.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	69.000	86.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	69.000	86.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	69.000	86.000
1.01.03	Contas a Receber	1.168.000	1.202.000
1.01.03.01	Clientes	1.168.000	1.202.000
1.01.04	Estoques	816.000	736.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	342.000	462.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	342.000	462.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	830.000	1.227.000
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	350.000
1.01.08.03	Outros	830.000	877.000
1.01.08.03.01	Ativos Financeiros	527.000	554.000
1.01.08.03.02	Ativos Não Financeiros	303.000	323.000
1.02	Ativo Não Circulante	37.640.000	36.677.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.018.000	1.855.000
1.02.01.05	Ativos Biológicos	1.311.000	1.126.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	707.000	729.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	707.000	729.000
1.02.02	Investimentos	30.460.000	29.950.000
1.02.02.01	Participações Societárias	30.460.000	29.950.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	30.460.000	29.950.000
1.02.03	Imobilizado	4.113.000	3.832.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.113.000	3.832.000
1.02.04	Intangível	1.049.000	1.040.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.049.000	1.040.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	42.769.000	41.929.000
2.01	Passivo Circulante	2.778.000	2.908.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	124.000	180.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	124.000	180.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	124.000	180.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	826.000	909.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	825.000	903.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	687.000	787.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	138.000	116.000
2.01.04.02	Debêntures	1.000	6.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.110.000	1.067.000
2.01.05.02	Outros	1.110.000	1.067.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.097.000	1.024.000
2.01.05.02.04	Provisão para Participação no Lucro	13.000	43.000
2.01.06	Provisões	718.000	752.000
2.01.06.02	Outras Provisões	718.000	752.000
2.02	Passivo Não Circulante	3.314.000	3.047.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.177.000	1.855.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.065.000	1.746.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.424.000	1.271.000
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	641.000	475.000
2.02.01.02	Debêntures	112.000	109.000
2.02.03	Tributos Diferidos	568.000	519.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	568.000	519.000
2.02.04	Provisões	569.000	527.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	569.000	527.000
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	146.000
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	146.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	36.677.000	35.974.000
2.03.01	Capital Social Realizado	21.995.000	22.000.000
2.03.01.01	Capital Social	22.000.000	22.000.000
2.03.01.02	Ações em Tesouraria	-5.000	0
2.03.02	Reservas de Capital	425.000	406.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	395.000	376.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	25.000	25.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.000	7.000
2.03.04	Reservas de Lucros	12.140.000	11.593.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.204.000	1.120.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	10.936.000	9.856.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	617.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-841.000	-875.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.951.000	2.843.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.220.000	1.243.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-891.000	-848.000
3.03	Resultado Bruto	329.000	395.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.524.000	1.048.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-133.000	-123.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-67.000	-80.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	180.000	102.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-127.000	-96.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-113.000	-74.000
3.04.05.02	Outras	-14.000	-22.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.671.000	1.245.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.853.000	1.443.000
3.06	Resultado Financeiro	-19.000	-21.000
3.06.01	Receitas Financeiras	58.000	43.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-77.000	-64.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.834.000	1.422.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-50.000	3.000
3.08.01	Corrente	-27.000	-51.000
3.08.02	Diferido	-23.000	54.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.784.000	1.425.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-47.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	-47.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.784.000	1.378.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.681.000	1.282.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	103.000	96.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,31000	0,24000
3.99.01.02	PN	0,31000	0,24000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,31000	0,24000
3.99.02.02	PN	0,31000	0,24000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.784.000	1.378.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	34.000	-275.000
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes de Controladas em Conjunto	40.000	-271.000
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes de Controladas	-6.000	-4.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.818.000	1.103.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.715.000	1.007.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	103.000	96.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	437.000	-291.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	463.000	197.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	1.784.000	1.378.000
6.01.01.02	Juros sobre Debêntures	0	6.000
6.01.01.03	Juros sobre Notas Promissórias	0	3.000
6.01.01.04	Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	57.000	53.000
6.01.01.05	Depreciação, Amortização e Exaustão	144.000	145.000
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.671.000	-1.245.000
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.000	-54.000
6.01.01.08	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-55.000	-43.000
6.01.01.09	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.000	0
6.01.01.10	Resultado da Alienação de Ativo Imobilizado	-3.000	1.000
6.01.01.11	Outros	183.000	-47.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	53.000	-403.000
6.01.02.01	(Aumento) / Redução em Ativos Financeiros	13.000	-323.000
6.01.02.02	(Aumento) / Redução em Outros Ativos Financeiros	37.000	3.000
6.01.02.03	(Aumento) / Redução em Estoques	-24.000	-61.000
6.01.02.04	(Aumento) / Redução em Ativos Fiscais	5.000	-7.000
6.01.02.05	(Aumento) / Redução em Outros Ativos Não Financeiros	194.000	108.000
6.01.02.06	Aumento / (Redução) em Obrigações Fiscais e Trabalhistas	9.000	-10.000
6.01.02.07	Aumento / (Redução) em Outros Passivos Não Financeiros	-181.000	-113.000
6.01.03	Outros	-79.000	-85.000
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-28.000	-56.000
6.01.03.02	Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-51.000	-29.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	677.000	949.000
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-148.000	-34.000
6.02.02	Aquisição de Intangíveis	-1.000	-3.000
6.02.03	Aquisição de Imobilizado de Uso	-409.000	-26.000
6.02.04	Alienação de Imobilizado de Uso	48.000	0
6.02.05	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	1.203.000	1.047.000
6.02.06	Outros	-16.000	-35.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-749.000	-881.000
6.03.01	Subscrição de Ações	6.000	0
6.03.02	Ações em Tesouraria	-15.000	1.000
6.03.03	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos	-909.000	-613.000
6.03.04	Pagamento de Notas Promissórias	0	-210.000
6.03.05	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	407.000	143.000
6.03.06	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-42.000	-29.000
6.03.07	Emissão de Debêntures	-196.000	-173.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	365.000	-223.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.539.000	1.382.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.904.000	1.159.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000	2.843.000	35.974.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	22.000.000	413.000	11.593.000	0	-875.000	33.131.000	2.843.000	35.974.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	14.000	-679.000	0	0	-665.000	5.000	-660.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	19.000	0	0	0	19.000	0	19.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-5.000	0	0	0	-5.000	0	-5.000
5.04.08	Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrigatório Exercício Anterior	0	0	-617.000	0	0	-617.000	0	-617.000
5.04.09	Reorganizações Societárias	0	0	-62.000	0	0	-62.000	0	-62.000
5.04.10	(Aumento)/Redução Participação de Acionistas Controladores	0	0	0	0	0	0	5.000	5.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.681.000	34.000	1.715.000	103.000	1.818.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.681.000	0	1.681.000	103.000	1.784.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	34.000	34.000	0	34.000
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	80.000	80.000	0	80.000
5.05.02.06	Ajustes Acumulados de Conversão (CTA)	0	0	0	0	-193.000	-193.000	0	-193.000
5.05.02.07	Ganhos com Hedge	0	0	0	0	140.000	140.000	0	140.000
5.05.02.08	Benefícios Pós Emprego	0	0	0	0	7.000	7.000	0	7.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.226.000	-1.681.000	0	-455.000	0	-455.000
5.06.04	Reserva Legal	0	0	84.000	-84.000	0	0	0	0
5.06.05	Reservas Estatutárias	0	0	1.142.000	-1.142.000	0	0	0	0
5.06.06	Dividendos	0	0	0	-82.000	0	-82.000	0	-82.000
5.06.07	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	-373.000	0	-373.000	0	-373.000
5.07	Saldos Finais	22.000.000	427.000	12.140.000	0	-841.000	33.726.000	2.951.000	36.677.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000	2.647.000	32.674.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000	2.647.000	32.674.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	21.000	-676.000	-345.000	0	-1.000.000	-7.000	-1.007.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	21.000	0	0	0	21.000	0	21.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-73.000	0	-73.000	0	-73.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-272.000	0	-272.000	0	-272.000
5.04.08	Dividendos - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anteriores	0	0	-610.000	0	0	-610.000	0	-610.000
5.04.09	Reorganizações Societárias	0	0	-58.000	0	0	-58.000	0	-58.000
5.04.10	Outros	0	0	-8.000	0	0	-8.000	0	-8.000
5.04.11	Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	0	0	0	0	0	0	-7.000	-7.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.282.000	-275.000	1.007.000	96.000	1.103.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.282.000	0	1.282.000	96.000	1.378.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-275.000	-275.000	0	-275.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	937.000	-937.000	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	64.000	-64.000	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Estatutária	0	0	873.000	-873.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	16.500.000	353.000	13.162.000	0	19.000	30.034.000	2.736.000	32.770.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	1.397.000	1.485.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.220.000	1.384.000
7.01.02	Outras Receitas	177.000	101.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-832.000	-864.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-695.000	-710.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.000	-12.000
7.02.04	Outros	-126.000	-142.000
7.02.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-2.000	-1.000
7.02.04.02	Propaganda, Promoções e Publicidade	-105.000	-93.000
7.02.04.03	Instalações, Conservação e Manutenção de Bens	-1.000	-3.000
7.02.04.04	Viagens	-1.000	0
7.02.04.05	Outras	-17.000	-45.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	565.000	621.000
7.04	Retenções	-71.000	-145.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-71.000	-145.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	494.000	476.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.729.000	1.288.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.671.000	1.245.000
7.06.02	Receitas Financeiras	58.000	43.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.223.000	1.764.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.223.000	1.764.000
7.08.01	Pessoal	193.000	235.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	158.000	198.000
7.08.01.02	Benefícios	25.000	25.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.000	12.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	169.000	86.000
7.08.02.01	Federais	168.000	85.000
7.08.02.02	Estaduais	1.000	0
7.08.02.03	Municipais	0	1.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	77.000	65.000
7.08.03.01	Juros	77.000	64.000
7.08.03.02	Aluguéis	0	1.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.784.000	1.378.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	373.000	272.000
7.08.04.02	Dividendos	82.000	73.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.226.000	937.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	103.000	96.000

Comentário do Desempenho

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a março de 2014

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a março de 2014, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

As demonstrações contábeis foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers, contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalva e com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis foram disponibilizadas à CVM e à BM&FBovespa.

1) DESTAQUES

Itaúsa

Em abril de 2014, a Itaúsa publicou o Relatório Anual de 2013 seguindo a versão GRI-G4, com abordagem abrangente, das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). A adoção dessas diretrizes está alinhada às melhores práticas de sustentabilidade e ao compromisso com a transparência. O Itaú Unibanco e a Duratex, empresas do Conglomerado Itaúsa, também elaboraram seus relatórios atendendo aos requisitos de aplicação das diretrizes da GRI-G4.

Na Assembleia Geral de 28/04/14 foi aprovada bonificação de 10% em ações, mediante capitalização de reservas de lucros, no valor de R\$ 4,5 bilhões. O custo unitário atribuído às ações bonificadas é de R\$ 8,101295339 por ação, independentemente da espécie.

O Conselho de Administração da Itaúsa homologou, em 25/04/14, o aumento de capital social no montante de R\$ 525 milhões. As ações subscritas no aumento do capital social também fazem jus à bonificação de 10% em ações.

Itaú Unibanco Holding

Em janeiro de 2014, o Itaú Unibanco anunciou acordo com o CorpBanca e seus acionistas controladores para a fusão entre o Banco Itaú Chile e o CorpBanca, no Chile e na Colômbia, através de uma operação de troca de ações. O banco resultante da fusão, pendente de aprovações regulatórias de órgãos brasileiros, colombianos, chilenos, panamenhos e norte-americanos, acionistas do Banco Itaú Chile e do CorpBanca, e de atendimento a outras condições usuais, se beneficiará de: (i) melhores custos de *fundings* e capacidade de alavancar ainda mais o capital regulatório de Nível I; e (ii) sinergias anuais estimadas de US\$ 100 milhões antes de impostos, após a conclusão da integração das operações, agregando valor a todos os acionistas.

Essa operação está integralmente de acordo com a legislação e os regulamentos aplicáveis em todas as jurisdições, e totalmente em linha com os melhores padrões de governança corporativa. As partes da operação foram totalmente transparentes, tornando público não apenas os termos do acordo da operação, mas também o Acordo de Acionistas, além de realizarem teleconferências com participantes do mercado para a apresentação da operação.

A operação e suas condições estão em linha com a visão de criação de valor e performance sustentável, sendo compatível com a estratégia de expansão na América Latina, além de consolidar ainda mais a posição de liderança nesse mercado, principalmente ao estabelecer uma atuação mais forte no setor bancário, onde o banco resultante da fusão passará a ser o 4º maior banco do Chile e 5º maior banco da Colômbia em termos de empréstimos.

Em 23/04/14, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social mediante capitalização de reservas estatutárias de lucros, em R\$ 15 bilhões, com bonificação de 10% em ações. O custo unitário atribuído a estas ações é de R\$ 29,832759281767 por ação. A operação ainda está pendente de aprovação do BACEN.

Comentário do Desempenho

Duratex

Em março de 2014, a Duratex divulgou Fato Relevante, onde anunciou:

- a intenção de investir R\$ 1,3 bilhão entre os anos de 2015 e 2018, na construção de duas novas plantas de painéis (MDF e MDP), com capacidade individual de 700 mil m³ anuais, a serem erguidas dentro da fazenda Nova Monte Carmelo;
- a aquisição de 21 mil hectares de florestas, no estado de Minas Gerais, pelo valor de R\$ 150 milhões, a serem pagos com a entrega de 5,6 mil hectares de terras, localizadas no Estado de São Paulo;

Tanto as terras, onde as florestas de Minas Gerais estão sendo adquiridas, quanto as terras dadas em pagamento em São Paulo, serão arrendadas por um período de 39 anos.

No primeiro trimestre de 2014, a companhia investiu R\$ 361,9 milhões, dos quais R\$ 271,9 milhões em caixa e R\$ 90 milhões por meio de permuta de terras. Os investimentos se deram em projetos de ampliação da capacidade, manutenção das operações existentes e aquisições. São destaques: a aquisição de participação na Tablemac e a aquisição das florestas da Caxuana S.A. em Minas Gerais.

Foi deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 22/04/14, a elevação do capital social, no montante de R\$ 170,5 milhões, mediante a capitalização de reservas de lucros, com bonificação de 10% em ações. O custo unitário atribuído a estas ações é de R\$ 2,8183722986 por ação.

Elekeiroz

O investimento total no período foi de R\$ 10,4 milhões, com destaque para o início dos projetos de interligação e adaptação da unidade de gases industriais, cujos ativos foram adquiridos junto a Air Products, ao complexo da empresa em Camaçari.

Itautec

Reposicionamento Estratégico

Conforme comunicado em 10/01/14, a Itautec e a Oki Electric Industry Co. Ltd. ("OKI"), sociedade constituída de acordo com as leis do Japão, formalizaram e concluíram a parceria estratégica nos segmentos de Automações e Serviços Tecnológicos, tendo a OKI adquirido 70% (setenta por cento) das participações que a Itautec S.A. e a Itautec Participações e Comércio S.A. detinham na empresa nomeada "BR Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia em Automação S.A." (atual "Oki Brasil").

Mudança do Objeto Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14/01/14, foi aprovada a mudança do objeto social da Companhia, em razão de seu reposicionamento estratégico. Os acionistas dissidentes da aprovação dessa mudança do objeto social e que eram titulares, ininterruptamente, de ações de emissão da Companhia desde a posição acionária final do dia 15/05/13 até a data de pagamento do valor de reembolso, tiveram o prazo de 30 dias para exercer o direito de retirada da Companhia. Como resultado da operação, manifestaram-se pelo direito de retirada da Companhia acionistas titulares de 451.759 ações ordinárias, representando aproximadamente 3,88% do capital social. Considerada a aquisição dessas ações pela Companhia, remanescerão 217.598 ações em circulação no mercado, correspondentes a 1,87% do capital social da Itautec. A Companhia adquiriu essas 451.759 ações pelo valor de R\$ 18,76 por ação, resultando em um dispêndio de R\$ 8,5 milhões.

2) DESEMPENHO ECONÔMICO

O lucro líquido recorrente de janeiro a março de 2014 foi de R\$ 1.587 milhões com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 19,0%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 1.681 milhões com rentabilidade de 20,1%.

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Lucro Líquido	1.681	1.282	103	96	1.784	1.378
Lucro Líquido Recorrente	1.587	1.346	85	92	1.672	1.438
Patrimônio Líquido	33.726	30.034	2.951	2.736	36.677	32.770
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	20,1%	17,1%	14,2%	14,3%	19,6%	16,8%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	19,0%	17,9%	11,7%	13,7%	18,4%	17,6%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

	31/03/2014	31/03/2013	Evolução (%)
Indicadores por ação - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	0,31	0,24	27,8%
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,29	0,25	14,9%
Valor Patrimonial da Controladora	6,17	5,63	9,5%
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,07	0,06	27,8%
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	9,22	9,51	-3,0%
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	50.434	50.704	-0,5%

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 30 de abril de 2013.

DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE POR ÁREA

Como holding pura a Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas controladas. Abaixo apresentamos o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes.

Resultado da Equivalência Patrimonial (REP) por Áreas	01/01 a 31/03/2014	%	01/01 a 31/03/2013	%	Evolução (%)
Área de Serviços Financeiros	1.696	98,0%	1.306	95,5%	29,9%
Área Industrial	34	2,0%	62	4,5%	-45,2%
Duratex	47	2,7%	51	3,7%	-7,8%
Elekeiroz	-	0,0%	1	0,1%	-
Itautec	(13)	-0,8%	10	0,7%	-230,0%
Total REP Recorrente	1.730	100,0%	1.368	100,0%	26,5%
Resultado Próprio da Itaúsa Líquido de Impostos	(143)		(22)		
Lucro Líquido Recorrente	1.587		1.346		17,9%
Resultado não Recorrente	94		(64)		
Lucro Líquido	1.681		1.282		31,1%

Comentário do Desempenho

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o Lucro Líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Lucro Líquido	1.681	1.282	103	96	1.784	1.378
Inclusão / (Exclusão) dos Efeitos não Recorrentes	(94)	64	(18)	(4)	(112)	60
Decorrentes de Participação Acionária no Itaú Unibanco Holding	21	67	-	-	21	67
Movimentação de Ações em Tesouraria	(19)	14	-	-	(19)	14
Provisões - Ações Cíveis	15	15	-	-	15	15
Cofins/ Provisão para Perdas sobre Prejuízo Fiscal - Porto Seguro	21	-	-	-	21	-
Amortização de Ágio Credicard	16	-	-	-	16	-
Ganho Fiscal na Tese de Alargamento da Base de Cálculo de PIS e COFINS - IRB	(12)	-	-	-	(12)	-
Realização PPA Itaú Unibanco x RedeCard	-	38	-	-	-	38
Decorrentes de Participação Acionária nas demais empresas controladas	(115)	(3)	(18)	(4)	(133)	(7)
Duratex	(10)	(2)	(18)	(4)	(28)	(6)
Itautec	(105)	4	-	-	(105)	4
Itaúsa Empreendimentos	-	(5)	-	-	-	(5)
Lucro Líquido Recorrente	1.587	1.346	85	92	1.672	1.438

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	Janeiro a Março	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA (1)
		Itaú Unibanco Holding	Duratex (5)	Elekeiroz	Itautec (5) (6)	
Ativos Totais	2014	1.025.285	8.584	697	492	42.769
	2013	947.655	7.768	690	1.083	39.160
Receitas Operacionais (2)	2014	35.663	930	241	55	2.891
	2013	27.557	865	226	151	2.488
Lucro Líquido	2014	4.551	161	-	(6)	1.784
	2013	3.482	149	1	1	1.378
Patrimônio Líquido	2014	84.481	4.510	504	142	36.677
	2013	76.255	4.160	478	544	32.770
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (3)	2014	22,1%	14,5%	0,2%	-15,8%	19,6%
	2013	18,5%	14,6%	1,1%	0,5%	16,8%
Geração Interna de Recursos (4)	2014	22.571	227	12	-	463
	2013	14.497	355	12	(19)	197

(1) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.

Os valores do Itaú Unibanco não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Itautec e Elekeiroz: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((dez'13 + mar) / 2).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(5) Na Duratex e Itautec os valores apresentados desconsideram as Receitas Operacionais classificadas no Resultado de Operações Descontinuadas.

(6) Em 2013, os Ativos Totais e Patrimônio Líquido incluem às Operações Descontinuadas.

Comentário do Desempenho

2.1) ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Itaú Unibanco Holding

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,79% detida pela Itaúsa direta e indiretamente.

Resultados

O lucro líquido do primeiro trimestre de 2014 atribuível aos acionistas controladores foi 30,7% superior ao resultado apurado no mesmo período do ano anterior e totalizou R\$ 4,6 bilhões, o Itaú Unibanco atingiu uma rentabilidade anualizada de 22,1% sobre o patrimônio líquido médio (18,5% em 2013). Em 2014, o lucro líquido recorrente alcançou R\$ 4,7 bilhões, um crescimento de 33,6% em relação ao mesmo período de 2013, atingindo um retorno recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 22,6%.

Contribuíram para a evolução do resultado apresentado, os crescimentos de 3,3% das receitas e despesas de juros e rendimentos e de 18,0% nas receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias em relação ao mesmo período de 2013. Entre janeiro e março de 2014, o resultado de operações de seguros, previdência e capitalização antes das despesas de sinistros e comercialização reduziu-se em 1,1% em comparação com o primeiro trimestre de 2013.

No comparativo entre os primeiros trimestres de 2014 e 2013, as perdas com créditos e sinistros reduziram-se em 7,8% - refletindo a estratégia de priorização por carteiras de menor risco – enquanto que as despesas gerais e administrativas cresceram 10,1%.

Ativos

O total de ativos consolidados alcançou R\$ 1,0 trilhão, com crescimento de 8,2% nos últimos 12 meses, enquanto que o patrimônio líquido dos acionistas controladores totalizou R\$ 84,5 bilhões, com crescimento de 9,6% na comparação com o final do primeiro trimestre de 2013.

Carteira de Crédito

Em 31 de março de 2014 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 480,2 bilhões, com crescimento de 10,4% em relação a 31 de março de 2013. Ao se considerar os riscos de crédito tomados na modalidade de títulos privados, essa evolução atinge 11,3%.

Carteira de crédito	R\$ milhões		
	31/mar/14	31/mar/13	mar/14-mar/13
Pessoas físicas	167.817	153.411	9,4%
Cartão de crédito	52.259	41.307	26,5%
Crédito pessoal	28.114	27.738	1,4%
Crédito consignado	24.637	16.261	51,5%
Veículos	37.309	48.939	-23,8%
Crédito imobiliário	25.498	19.165	33,0%
Pessoas jurídicas	275.511	250.630	9,9%
Grandes empresas	191.688	163.685	17,1%
Micro, pequenas e médias empresas	83.823	86.946	-3,6%
América Latina (*)	36.823	30.865	19,3%
Total com avais e fianças	480.151	434.906	10,4%
Grandes empresas - títulos privados (**)	28.126	21.924	28,2%
Total com avais, fianças e títulos privados	508.277	456.830	11,3%
Total com avais, fianças e títulos privados (ex-veículos)	470.968	407.890	15,5%

(*) Inclui Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai. (**) Inclui debêntures, CRI e *commercial paper*.

Comentário do Desempenho

Pessoas Físicas – No Brasil, a Carteira de Crédito para **Pessoas Físicas** alcançou R\$ 167,8 bilhões em 31 de março de 2014, crescimento de 9,4% em relação ao mesmo período de 2013. O saldo da carteira de crédito do Itaú Unibanco ao final de março de 2014 reflete a estratégia do Itaú Unibanco de priorização por carteiras de menor risco. Destaques:

- O Itaú Unibanco é líder no segmento de **cartão de crédito** no Brasil. No primeiro trimestre de 2014, o resultado de cartões continuou crescendo de forma sustentável, influenciado pela melhor performance da carteira, pela redução de despesas e pelas receitas crescentes. Os indicadores de qualidade continuaram apresentando uma evolução positiva e consistente, assim como o volume de vendas, fechando o trimestre 39% acima do patamar observado em 2013.
- Em 31 de março de 2014, o saldo da **carteira de crédito pessoal** alcançou R\$ 28,1 bilhões, um aumento de 1,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto que o saldo da carteira de crédito consignado atingiu R\$ 24,7 bilhões, crescimento de 51,5% na carteira de crédito em relação a 31 de março de 2013, atingindo 5,1% do total de crédito do banco.
- O Itaú Unibanco permanece na liderança na concessão de **financiamentos para veículos** leves Zero km. Para pessoa física, as concessões totalizaram R\$ 3,2 bilhões no primeiro trimestre de 2014, redução de 9,8% em relação ao ano anterior. O apetite de risco de crédito continuou mais conservador, e contribuiu positivamente para a redução dos indicadores de inadimplência, redução nos prazos médios de contratos e aumento do percentual de entrada.
- O Itaú Unibanco também é líder no **financiamento de imóveis** para pessoa física entre os bancos privados brasileiros. Reforçando o foco na rentabilidade da operação, manteve-se o rigor no controle das despesas operacionais que, somado ao aumento da margem da operação, resultou em melhoria significativa do índice de eficiência, que encerrou o primeiro trimestre de 2014 7,1 p.p. abaixo do realizado em igual período do ano anterior.

Pessoas Jurídicas - No Brasil, a Carteira de Crédito para **Pessoas Jurídicas**, atingiu R\$ 275,5 bilhões em 31 de março de 2014, apresentando crescimento de 9,9% ao mesmo período de 2013.

Realizada pelo **banco de atacado**, a carteira é composta por empréstimos em moeda nacional e em moeda estrangeira, créditos direcionados e garantias, com excelente nível de qualidade, onde 94,0% dos créditos estão classificados nos níveis de risco "AA", "A" e "B".

No período de janeiro a março destaca-se o volume de operações em moeda estrangeira que tiveram um crescimento de 23,8%, quando comparadas ao mesmo período de 2013, principalmente em função da depreciação do Real, e operações de recursos direcionados que tiveram um crescimento de 16,3% em comparação a igual período do ano anterior

O banco foi reconhecido pela LatinFinance Magazine pela maior e mais abrangente operação de empréstimo sindicalizado efetuada por uma instituição financeira da América Latina.

Em derivativos, foi mantida a posição de destaque na CETIP.

A carteira de crédito dos outros países da **América Latina (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai)** apresentou um crescimento relevante de 19,3% em relação a março de 2013, sendo 16,4% no segmento pessoa física e 20,9% no segmento pessoa jurídica, que contempla as micro, pequenas, médias e grandes empresas. Destaque para o aumento das carteiras de crédito no segmento pessoa jurídica no Chile e Uruguai, que evoluíram 20,2% e 44,6% respectivamente.

Comentário do Desempenho

Inadimplência

Em linha com a política de redução de risco na concessão de crédito, o índice de inadimplência total, considerando-se o saldo das operações em atraso há mais de 90 dias, alcançou 3,5% em 31 de março de 2014, apresentando uma redução de 1,0 p.p. em relação a 31 de março de 2013. Esse indicador apresentou o menor índice desde a associação entre Itaú e Unibanco, ocorrida em 2008, influenciado principalmente pela mudança do perfil de crédito da carteira.

Serviços

- **Gestão de Ativos:** em março de 2014 o Itaú Unibanco atingiu R\$ 375,8 bilhões em recursos sob gestão, de acordo com o ranking de gestão ANBIMA, representando 15,7% do mercado.
- **Serviços de Custódia:** no mercado de custódia, o Itaú Unibanco somou R\$ 894,7 bilhões de ativos, segundo o *ranking* ANBIMA, em março de 2014, e atuou como Escriturador de 410 emissões até março de 2014.
- **Seguros, Previdência e Capitalização:** a evolução dos prêmios ganhos de seguros foi de 0,7% em relação ao primeiro trimestre de 2013, atingindo R\$ 1,4 bilhão (não incluindo a participação na Porto Seguro, da qual o Itaú Unibanco detém 30% de seu capital). As provisões técnicas de seguros atingiram R\$ 10,2 bilhões em 31 de março de 2014. A captação total dos planos de previdência totalizou R\$ 3,6 bilhões no primeiro trimestre de 2014, queda de 11,4% quando comparado ao trimestre anterior e as provisões técnicas cresceram 8,1% no mesmo período, somando R\$ 91,3 bilhões ao final do trimestre. Os títulos vigentes apresentaram aumento de 13,4% em 2014 em relação ao primeiro trimestre de 2013.
- **Meios de Pagamentos Eletrônicos (REDE):** no primeiro trimestre de 2014 atingiu 899,5 bilhões de transações em cartões de débito e crédito, aumento de 2,9% em relação a igual período de 2013. O faturamento total de débito e crédito atingiu R\$ 81,7 bilhões no acumulado de 2014, um aumento de 10,5% em relação ao mesmo período de 2013.
- **Banco de Investimentos:** destaque entre janeiro e março de 2014 para operação de Fusões e Aquisições, que prestou assessoria financeira a 16 transações, totalizando US\$ 7,2 bilhões. Na renda fixa, participou em operações de debêntures, notas promissórias e securitizações que totalizaram R\$ 1,6 bilhão no período de janeiro a março deste ano. Nas emissões internacionais de renda fixa, o Itaú Unibanco foi *joint bookrunners* em ofertas que totalizaram US\$ 2,1 bilhões.

Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 1,52 trilhão em 31 de março de 2014, com crescimento de 7,2% quando comparado ao mesmo período de 2013.

Solidez do Capital

Visando garantir solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de capital regulatório (PR) foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelo índice de Basileia, que ao final de março de 2014 atingiu 15,7%, sendo composto de 11,2% de capital principal e 4,5% de capital Nível II.

O montante das dívidas subordinadas que integram o Nível II do capital regulatório alcançaram R\$ 55,1 bilhões em 31 de março de 2014, e R\$ 50,4 bilhões em 31 de março de 2013.

Classificação de Risco de Crédito pelas Agências de Rating – Em função do rebaixamento do rating soberano pela Standard&Poors, em março de 2014, a agência anunciou o *downgrade* dos *ratings* de 13 bancos brasileiros, incluindo os *ratings* do Itaú Unibanco Holding em escala internacional de BBB para BBB- (longo prazo) e de A-2 para A-3 (curto prazo). Essa revisão não considerou os aspectos intrínsecos dos bancos.

Comentário do Desempenho

2.2) ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

A receita líquida totalizou R\$ 930 milhões no primeiro trimestre de 2014, o que equivale a uma expansão de 7,5% em relação a igual período de 2013. Esse crescimento aconteceu em ambas as divisões, sendo de 5,4% na divisão Madeira e de 11,2% na divisão Deca.

Esse resultado ainda reflete evolução anual nos volumes expedidos de 3,3% na divisão Madeira e de 8,0% na divisão Deca. Paralelamente, houve expansão respectiva da receita líquida unitária de 2,0% e 3,0%.

O EBITDA do trimestre, de acordo com metodologia definida pela Instrução CVM nº 527/12, totalizou R\$ 346 milhões, com margem de 37,3%. Contribuiu para esse resultado evento de natureza extraordinária atrelado ao resultado, de R\$ 46 milhões, apurado na venda de 5,6 mil hectares de terras dados como parte do pagamento pela aquisição das florestas da Caxuana S.A.. Desconsiderados os eventos de caráter extraordinários e não caixa, o resultado ajustado ficou em R\$ 240 milhões, equivalente a uma margem de 25,8%, inferior ao resultado apresentado no mesmo período do ano anterior. Este desempenho se justifica pela piora no mix de produtos expedidos da divisão Deca, evidenciado pela maior venda de produtos básicos cuja margem e receita líquida unitária são inferiores. Na divisão Madeira a retração do EBITDA foi consequência do aumento no custo da resina, energia elétrica e frete, além dos custos adicionais advindos das novas plantas de MDF e louças sanitárias.

O lucro líquido alcançou R\$ 161 milhões, resultado 8,3% superior àquele referente ao mesmo período de 2013. O lucro líquido recorrente no trimestre foi de R\$ 131 milhões, com queda anual de 8,1%.

Elekeiroz

A receita líquida no período, de R\$ 240,9 milhões, cresceu 7% sobre 2013. No mercado interno a receita teve alta de 7% enquanto nas exportações a alta foi de 4%. Essa alta, porém, não foi suficiente para compensar o aumento no custo dos produtos vendidos, ocasionando queda de 36% no lucro bruto da Companhia.

Como decorrência desta compressão nas margens, o lucro líquido foi de R\$ 0,3 milhão, queda de 79% sobre o ano anterior. O EBITDA somou R\$ 10,1 milhões, 19% inferior, e a margem EBITDA foi de 4,2%, contra 5,5% no primeiro trimestre de 2013.

O nível de endividamento junto às instituições financeiras seguiu reduzido. Ao final do trimestre a dívida líquida correspondeu a 10% do Patrimônio Líquido e a 1,3 vez o EBITDA anualizado.

Itautec

A receita líquida consolidada de vendas e serviços do primeiro trimestre de 2014 foi de R\$ 55,1 milhões, com a expedição de 30,2 mil equipamentos, entre microcomputadores e servidores.

O saldo de disponibilidades financeiras ao final de março de 2014 é de R\$ 69,3 milhões e a dívida financeira bruta de R\$ 166,6 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 97,3 milhões.

A partir do primeiro trimestre de 2014, o resultado auferido pela OKI Brasil (empresa coligada), passou a ser considerado nas demonstrações contábeis da Itautec por meio do método de equivalência patrimonial, em razão da participação acionária de 30% (trinta por cento) mantida em conjunto pela Itautec e Itautec Participações e Comércio S.A.. No período, o resultado da equivalência patrimonial foi negativo em R\$ 4,6 milhões.

Foi reconhecido no resultado do primeiro trimestre de 2014, evento de natureza extraordinária, a receita de crédito de FINSOCIAL restituída à Itautec, no valor de R\$ 10,3 milhões, após decisão favorável definitiva na esfera judicial.

Comentário do Desempenho

Em razão dos fatores descritos acima, o resultado líquido do 1T14 foi um prejuízo de R\$ 5,9 milhões.

No primeiro trimestre de 2014 a Itaúsa reconheceu o saldo acumulado do resultado não realizado, decorrente de operações de venda realizadas pela Itaútec para empresas do Conglomerado Itaúsa, no montante de R\$ 100 milhões, tendo em vista que o controle dos negócios de automação bancária, automação comercial e de prestação de serviços passou para OKI Electric.

3) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 108 mil colaboradores no final de março de 2014, incluindo aproximadamente 7 mil colaboradores em unidades no exterior. A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios totalizou R\$ 2,9 bilhões no período.

4) SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Itaú Unibanco Holding

O Itaú Unibanco lançou o Relatório Anual Consolidado 2013, iniciativa inédita no Brasil. Visando dar ainda mais transparência e facilitar a prestação de contas aos diferentes *stakeholders*, o Itaú Unibanco reuniu este ano o Relatório Anual (contendo indicadores de sustentabilidade no padrão do Global Reporting Initiative), o Formulário 20-F e o Relatório de Dívida em um só documento. Pela terceira vez consecutiva, o relatório é disponibilizado em meio eletrônico, hospedado em um site exclusivo para o conteúdo. O relatório tem como objetivo aumentar cada vez mais a consistência, coerência e uniformidade das informações divulgadas em seu Relatório Anual Consolidado, que é submetido à Certificação SOX, garantindo mecanismos de controle e segurança confiáveis para sua elaboração. O site www.itaub.com.br/relatorio-anual criado especialmente para hospedá-lo, é uma importante ferramenta dentro dessa governança, uma vez que permite uma maior mobilidade e propagação entre os *stakeholders*.

O Relato Integrado é uma nova abordagem de comunicação que conecta as informações mais relevantes da organização, correlacionando os resultados, as atividades operacionais, as estratégias de negócio e os diferentes tipos de capitais (humano, financeiro, intelectual, manufaturado, natural e social e de relacionamento). O objetivo é apresentar aos diversos públicos de interesses informações e estratégias que permitam uma análise mais precisa no curto, médio e longo prazo. Além disso, o Relato Integrado é e será uma ferramenta para avaliar a capacidade de geração de valor das organizações, identificar os principais pontos estratégicos e antecipar riscos e oportunidades nos negócios.

Como integrante do Comitê Internacional para Relatos Integrados (IIRC), o Itaú Unibanco participou da construção do modelo por meio dos grupos de trabalho e assim contribuiu para melhoria do processo de comunicação e informação ao mercado. No Brasil, o Itaú Unibanco participa da Comissão Brasileira de Acompanhamento do IIRC, que reúne empresas de capital aberto de diversos setores e conta com a colaboração de áreas ligadas à finanças, relações com investidores, sustentabilidade e comunicação a fim de possibilitar que todos participem ativamente da elaboração do modelo deste documento. O relato é parte integrante do Relatório Anual Consolidado 2013 e está disponível no site www.itaub.com.br/relatorio-anual.

Duratex

No primeiro trimestre de 2014 a Companhia aplicou em ações direcionadas ao meio ambiente R\$ 7,7 milhões, sendo destaque o tratamento de efluentes, a coleta de resíduos, e a manutenção de áreas florestais e meio ambiente. Este valor corresponde a um aumento de 7,4% em relação ao investimento desta natureza realizado no mesmo período de 2013.

Em contrapartida social aos projetos do BNDES, foram feitas articulações com o governo municipal de João Pessoa, Queimados e Itapetininga para a implantação de bibliotecas comunitárias “Ler é Preciso” e com João Pessoa e São Leopoldo para a implantação de “Bicicletários e Academias em Praças Publicas”.

Comentário do Desempenho

Elekeiroz

A Elekeiroz patrocinou o projeto EMcena Brasil, no qual, foram realizadas oficinas, apresentações de espetáculos teatrais e de circo, shows de música e sessões de cinema, organizado em parceria com a Secretaria de Cultura do município de Várzea Paulista e destinado, principalmente, às crianças da rede escolar.

A empresa tem todas as suas linhas de produção certificadas pela ISO 9001, pratica o Programa de Atuação Responsável do *International Council of Chemical Association*, administrado no Brasil pela ABIQUIM, entidade associativa da qual ainda participa em diversas comissões visando o desenvolvimento e a evolução da indústria química no país.

Itautec

A Itautec concluiu no primeiro trimestre de 2014 o seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), referente às operações de 2013 realizadas na unidade industrial, filiais de serviços e escritório administrativo, atingindo 27,2 mil toneladas de CO2 equivalente (tCO2e). Este trabalho está de acordo com as normas do *GHG Protocol*, do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC).

5) PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Itaú Unibanco Holding

Global Finance Awards – realizado pela Revista Global Finance, os vencedores são escolhidos por meio de pesquisa com analistas, executivos e consultores de instituições financeiras, as empresas do Conglomerado Itaú Unibanco foram reconhecidas nas seguintes categorias:

- *Best Emerging Markets Banks In Latin America 2014* para o Banco Itaú Paraguay e Itaú Unibanco;
- *World's Best Investment Banks 2014* para o Itaú BBA nas categorias *Best Investment Bank* e *Best Equity Bank* com destaque em *Regional Winners – Latin America* e destaque em *Country Winners – Latin America (Brazil)*.

Morningstar Awards 2014 – a Itaú Chile AGF foi eleita pela Morningstar, empresa líder no fornecimento de pesquisa de investimento independente, nas categorias *Mejor Fondo de Renta Fija Latinoamérica* com o fundo Itaú Latam Corporate Bond Fund A, e como *Mejor Administradora de Renta Fija*.

ILO Latin American Counsel Awards 2014 – o Itaú BBA conquistou o prêmio de melhor equipe em regulamentação em serviços financeiros da América Latina na categoria *Regulatory (Financial Services)*. Considerado um dos mais importantes reconhecimentos do segmento legal, o prêmio contou com a participação de profissionais de escritórios e consultorias jurídicas de toda a América Latina. O prêmio é promovido pela *International Law Office* em parceria com a *Association of Corporate Counsel*.

Comentário do Desempenho

6) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a março de 2014, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 13 e 22 de janeiro e 14 de março - aquisição de materiais técnicos.
- 29 de janeiro – consultoria tributária.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

7) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável de nossos negócios.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 05/05/2014).

Notas Explicativas

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas** **Em 31 de março de 2014** *(Em milhões de Reais)*

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 23 “Informações por segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,14% das ações ordinárias e 17,02% das ações preferenciais, 34,01% do total.

Estas Demonstrações Contábeis intermediárias, Individuais e Consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 05 de Maio de 2014.

Notas Explicativas

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 – “Demonstração Intermediária”, com a opção de apresentar as demonstrações contábeis consolidadas completas em vez das demonstrações contábeis consolidadas condensadas.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas e coligadas ou controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da ITAÚSA, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o IFRS seria custo ou valor justo.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de Março de 2014

- Alteração do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014, com aplicação retrospectiva. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.
- Entidades para Investimentos – Alteração ao IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. Introduce uma exceção ao princípio que todas as subsidiárias devem ser consolidadas. A alteração requer que a controladora que seja uma entidade de investimento mensure a valor justo pelo resultado seus

Notas Explicativas

investimentos em certas entidades, ao invés de consolidá-los nas suas demonstrações consolidadas. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.

- Alteração do IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Esta alteração permite a continuação de Hedge Accounting, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma Clearing, dentro de certas condições. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.
- Alteração do IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e a metodologia de mensuração.
- IFRIC 21 Tributos: Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não identificou impactos em suas informações contábeis intermediárias em decorrência desta revisão.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Em Novembro de 2009 o IASB emitiu a IFRS 9, introduzindo novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros. Em Outubro de 2010, o IASB alterou a norma incorporando os requerimentos para os passivos financeiros. Em Novembro de 2013, o IASB emitiu nova alteração, incorporando os requerimentos sobre *hedge accounting*. Em Fevereiro de 2014, o IASB decidiu exigir a aplicação obrigatória do pronunciamento para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados - a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

Notas Explicativas

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4k, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 12. O montante de ativo fiscal diferido em 31/03/2014 era de R\$ 707 (R\$ 729 em 31/12/2013).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 25.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 25.

c) Ativos, Provisões e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 15.

O valor contábil dessas provisões em 31/03/2014 era de R\$ 569 (R\$ 527 em 31/12/2013).

d) Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 11. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta de Custos dos Produtos e Serviços no demonstrativo de resultado.

Notas Explicativas

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	Pais de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/03/2014	Porcentagem do capital em 31/03/2013
Área Financeira - Joint Ventures				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	36,79%	36,74%
Área Industrial - Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,53%	35,45%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,49%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	97,80%	94,01%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4i. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações junto a acionistas não controladores

O CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

Notas Explicativas

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

II. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” - define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

III. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como receita ou despesa financeira.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A ITAÚSA CONSOLIDADO define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Notas Explicativas

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto quando designados, no reconhecimento inicial, pelo valor justo através do resultado.

(c) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do período reportado.

I. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria companhia e controladas.

II. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações contábeis de 31 de março de 2014 não apresentam compensação entre ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

III. *Impairment* de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA avalia na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Itaúsa utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

Notas Explicativas

e) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PDD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outras receitas operacionais", na demonstração do resultado.

f) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

g) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

O CPC 19 – “Negócios em Conjunto”, define entidades sob controle conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detém controle compartilhado em entidades ou têm operações ou detém ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que as afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA CONSOLIDADO. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo

Notas Explicativas

transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA CONSOLIDADO mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

h) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outros Resultados Operacionais.

i) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

Notas Explicativas

j) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam semestralmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

k) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Notas Explicativas

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado. Juros e multas sobre imposto de renda e contribuição social são tratados como uma despesa não financeira.

I) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

A ITAÚSA e suas controladas oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do período.

Notas Explicativas

m) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 17.

n) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o CPC 38, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e o valor determinado de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida, após a emissão, se com base na melhor estimativa concluímos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

o) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como

Notas Explicativas

uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

p) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

q) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

As controladas da ITAÚSA outorgam opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (consistindo de fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações da ITAÚSA.

r) RECEITAS

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

s) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: área de serviços financeiros e área industrial subdividida em Duratex, Itautech e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 23.

Notas Explicativas

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa para a ITAÚSA CONSOLIDADO é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/03/2014	31/12/2013
Disponibilidades	44	59
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	216	118
Certificado de Depósitos Bancários	831	1.022
Operações Compromissadas	813	340
Total	1.904	1.539

NOTA 4 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Segue abaixo abertura da carteira do fundo de investimentos:

	31/03/2014	31/12/2013
Letra Financeira Subordinada	60	61
Letra Financeira do Tesouro	9	25
Total	69	86

NOTA 5 - CLIENTES

Contas a receber	31/03/2014	31/12/2013
Clientes no país	1.091	1.171
Clientes no exterior	119	71
<i>Impairment</i>	(42)	(40)
Total	1.168	1.202

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	31/03/2014	31/12/2013
A vencer	1.049	1.074
Vencidos até 30 dias	41	55
Vencidos de 31 a 60 dias	27	16
Vencidos de 61 a 90 dias	11	26
Vencidos de 91 a 180 dias	32	22
Vencidos há mais de 180 dias	50	49
Total	1.210	1.242

Notas Explicativas**NOTA 6 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS****a) Outros Ativos**

	31/03/2014	31/12/2013
Financeiros	527	554
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	141	151
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	258	373
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	10	19
Valores a Receber da OKI Electric	53	-
Outros Valores a Receber	65	11
Não Financeiros	303	323
Despesas Antecipadas	36	34
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 22)	177	182
Outros	90	107

b) Outros Passivos

	31/03/2014	31/12/2013
Fornecedores	238	307
Sociedade em Conta de Participação	101	98
Fretes e Seguros a Pagar	20	13
Adiantamento de Clientes	21	24
Provisão para Pagamentos Diversos	96	72
Provisão de Pessoal	113	119
Rendas Antecipadas	93	104
Outros	36	15
Total	718	752

NOTA 7 - ESTOQUES

	31/03/2014	31/12/2013
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	309	288
Produtos Acabados	323	265
Produtos em elaboração	110	103
Almoxarifado Geral	92	94
Adiantamento a Fornecedores	6	8
Provisão para perdas nos estoques	(24)	(22)
Total	816	736

O custo dos estoques reconhecidos no resultado e incluídos em "Custo dos Produtos e Serviços" totalizou em 31 de março de 2014 R\$ 891 (R\$ 848 em 31 de março de 2013).

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

Notas Explicativas

NOTA 8 - INVESTIMENTOS

I) Participação em Subsidiárias e Entidades Controladas em Conjunto - ITAÚSA

O quadro abaixo demonstra a participação da ITAÚSA em subsidiárias, que são consolidadas nessas Demonstrações Contábeis e entidades

Empresas	Saldos em 31/12/2013	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos / A Receber (1)	Resultado de Participação (2)	Varição do Ajuste ao Valor de Mercado e Variação Cambial	Outros Resultados Abrangentes de Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	Outorga de Opções Reconhecidas
Entidades Controladas em Conjunto	30.002	(1.269)	1.675	-		40
Itaú Unibanco Holding S.A.	16.490	(1.211)	1.414	-		21
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	13.512	(58)	261	-		19
Subsidiárias	2.179	(19)	149	(6)		-
Duratex S.A.	1.542	(19)	57	(6)		-
Elekeiroz S.A.	486	-	-	-		-
Itautec S.A.	46	-	92	-		-
Itaúsa Empreendimentos S.A.	104	-	-	-		-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	1	-	-	-		-
Total Geral	32.181	(1.288)	1.824	(6)		40

(1) Em outros ativos financeiros, estão registrados dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

(2) Na Itautec, foi reconhecido no período o saldo acumulado do resultado não realizado, decorrente de operações de venda realizadas pela Itautec para empresas do Conglomerado Itaúsa, no montante de R\$ 92 milhões, referente à venda de uma unidade de negócio de serviços bancários, automação comercial e de prestação de serviços, passou para OKI Electric.

(3) Valor justo dos investimentos em controladas e entidades controladas em conjunto com base nas cotações de ações das empresas. No Itaú Unibanco Holding considera-se participação indireta via IUPAR.

ITR - Informações Trimestrais - 31/03/2014 - ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Notas Explicativas

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Nº de ações de propriedade ITAÚSA	
				Ordinárias	Preferenciais
Entidades Controladas em Conjunto					
Itaú Unibanco Holding S.A.	60.000	84.481	4.551	973.657.190	84.8
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	6.500	20.612	392	355.227.092	350.942.2
Subsidiárias					
Duratex S.A.	1.697	4.445	161	214.200.943	
Elekeiroz S.A.	321	504	-	14.261.761	16.117.3
Itautec S.A.	280	142	(6)	10.953.371	
Itaúsa Empreendimentos S.A.	52	104	-	752.189	
ITH Zux Cayman company Ltd.	28	1	-	12.200.000	

Notas Explicativas**II - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO - ITAÚSA CONSOLIDADO****a) Composição**

	% de participação em 31/03/2014		31/03/2014			01/01 a 31/03/2014	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimentos	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,79	64,16	84.481	16.691	61.739	4.551	1.414
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	20.612	13.714	-	392	261
Tablemac	-	-	-	-	-	-	1
OKI Brasil	-	-	-	55	-	-	(5)
Total				30.460			1.671

	% de participação em 31/12/2013		31/12/2013			01/01 a 31/03/2013	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimentos	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,87	64,16	83.233	16.332	57.863	3.482	1.001
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	20.308	13.512	-	315	244
Tablemac	-	-	-	121	-	-	-
Outros	-	-	-	(15)	-	-	-
Total				29.950			1.245

(*) Representado substancialmente pelo IUH - Itaú Unibanco Holding.

ITR - Informações Trimestrais - 31/03/2014 - ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Versão : 1

Os passivos financeiros correspondem a R\$ 472.773 circulante e R\$ 316.150 não circulante (R\$ 493.816 circulante e R\$ 316.150 não circulante em 31/12/2013).

As provisões de ações cíveis, trabalhistas e tributárias correspondem a R\$ 19.483 (R\$ 18.862 em 31/12/2013).

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a	01/01 a
	31/03/2014	31/03/2013
Receita de Juros e Rendimentos	27.470	21.352
Despesa de Juros e Rendimentos	(14.185)	(8.494)
Lucro Líquido Antes do IR/CS	7.194	4.810
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.593)	(1.320)
Lucro Líquido	4.601	3.490
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	4.551	3.482
Outros Resultados Abrangentes	109	(767)
Resultado Abrangente Total	4.660	2.715

As despesas com depreciação e amortização totalizam R\$ 408 e R\$ 207 respectivamente (R\$360 e R\$ 202 em 31/03/2013).

Caixa e Equivalentes de Caixa - Itaú Unibanco Holding	31/03/2014	31/12/2013
Disponibilidades	16.030	16.576
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.899	18.599
Aplicações no Mercado Aberto	51.098	20.615
Total	90.027	55.790

Conciliação dos Investimentos Controlados em Conjunto	Itaú Unibanco Holding		IUPAR		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Patrimônio Líquido em 01/01/2014 e 01/01/2013	83.223	75.902	20.308	18.369	-	-
Ganhos/(Perdas) do período	4.551	16.424	392	3.042	-	-
Outros Resultados Abrangentes	109	(3.248)	28	(834)	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(3.496)	(4.976)	(86)	(151)	-	-
Reorganizações Societárias	(160)	(640)	(41)	(165)	-	-
Outras Movimentações no PL	254	(239)	11	47	-	-
Patrimônio Líquido em 31/03/2014 e 31/12/2013	84.481	83.223	20.612	20.308	-	-
Participação Societária	19,59%	19,64%	66,53%	66,53%	-	-
	16.552	16.341	13.714	13.512	30.266	29.853
Resultado Não Realizado	(14)	(173)	-	-	(14)	(173)
Goodwill (Nota 21)	153	164	-	-	153	164
Total	16.691	16.332	13.714	13.512	30.405	29.844

NOTA 9 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2013			Movimentações		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação
Terrenos	-	686	-	686	84	(45)	-
Construções e Benfeitorias	4	983	(386)	597	103	-	(10)
Equipamentos e Instalações	5 a 20	3.729	(1.650)	2.079	179	(3)	(67)
Móveis e Utensílios	10	46	(31)	15	2	-	(1)
Veículos	10	52	(45)	7	2	-	(1)
Imobilizado em Andamento	-	407	-	407	42	-	-
Outros (Processamento de Dados e Outros Ativos)	4 a 20	136	(95)	41	-	-	(1)
TOTAL IMOBILIZADO		6.039	(2.207)	3.832	412	(48)	(80)

NOTA 10 - ATIVOS INTANGÍVEIS - ITAÚSA CONSOLIDADO

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	Saldo em 31/12/2013			Movimentações		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Despesa de Amortização	Outros
Software	20%	59	(38)	21	1	(2)	
Marcas e Patentes	-	15	(1)	14	-	-	
Ágio por Rentabilidade Futura	-	714	-	714	-	-	
Carteira de Clientes	6,67%	396	(105)	291	-	(6)	1
TOTAL INTANGÍVEL		1.184	(144)	1.040	1	(8)	1

planta (preço por hectare em 01/12/2013), que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

ITR - Informações Trimestrais - 31/03/2014 - ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

a) Estimativa do Valor Justo

Notas Explicativas

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente).

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

As florestas estão asseguradas de qualquer forma de garantia de terceiros, incluindo instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	31/03/2014	31/12/2013
Saldo inicial	1.126	1.102
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	55	192
Exaustão	(39)	(218)
Variação do Valor Histórico		
Formação	55	132
Exaustão	(17)	(82)
i) Adiantamento para aquisição de florestas	131	-
Saldo final	1.311	1.126

	31/03/2014	31/12/2013
ii) Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	16	(26)
Variação do Valor Justo	55	192
Exaustão do Valor Justo	(39)	(218)

i) Adiantamento relativo à aquisição da totalidade das florestas pertencentes à Caxuana Ltda., são 21 mil hectares de plantio de pinus e eucalipto, estrategicamente localizadas entre a nova unidade industrial que será construída no triângulo mineiro e a planta de Uberaba, conforme fato relevante divulgado pela Duratex em 13 de março de 2014.

ii) O ajuste na variação do valor justo é decorrente dos preços de mercado, produtividade e volume colhido.

Notas Explicativas

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITÁUSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social de Operações em Continuidade	1.834	1.422
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social de Operações Descontinuadas	-	(47)
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(624)	(467)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões Permanentes	574	470
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	568	423
Resultado de Investimentos no Exterior	3	(10)
Juros Sobre o Capital Próprio	37	11
Outras	(34)	46
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(50)	3

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I - O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido estão representados por:

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2014
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	294	-	10	304
Créditos de Liquidação Duvidosa	3	-	-	3
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	-	2
Ágio na Aquisição do Investimento	142	-	-	142
Provisões para Passivos Contingentes	142	(14)	28	156
Outros	146	(72)	26	100
Total do Ativo Fiscal Diferido	729	(86)	64	707
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(56)	-	-	(56)
Valor Presente de Financiamento	(7)	-	-	(7)
Resultado do Swap	(17)	9	-	(8)
Depreciação	(8)	-	-	(8)
Atualização de Dep. Judic. Obrig. Legais e Passivos Contingentes	(5)	-	-	(5)
Planos de Pensão	(4)	-	-	(4)
Venda de Imóvel	(6)	1	-	(5)
Outras Obrigações	(115)	-	(4)	(119)
Ajustes CPCs / IFRS	(301)	-	(55)	(356)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(519)	10	(59)	(568)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	210	(76)	5	139

Notas Explicativas

II - A estimativa de realização e o valor presente do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos existentes em 31/03/2014, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	31/03/2014	31/12/2013
Ativo Fiscal Diferido:	707	729
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado até 12 meses	54	38
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	653	691
Passivo Fiscal Diferido	(568)	(519)
Passivo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	(568)	(519)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	139	210

Notas Explicativas

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e Financiamentos	Encargos	31/03/2014			31/12/2013		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
BNDES	4,7% a 9,0% a.a	49	17	66	89	15	104
BNDES	TJLP + 1,10% a 4,32% a.a	212	519	731	193	554	747
BNDES	Selic + 2,16% a.a	1	3	4	-	3	7
BNDES	108% CDI	-	-	-	10	-	10
Crédito Industrial e Bancário	101,2% CDI	170	145	315	274	184	458
Crédito Industrial e Bancário	12,7% a.a	7	54	61	7	53	60
Desconto NPR	5,50% a.a	36	-	36	8	-	44
FINAME	Pré 3,7% a 7,4% a.a	-	5	5	-	2	7
FINAME	TJLP + 2,3% a.a	4	34	38	2	34	36
FINEP	3,50% a 4,0% a.a	15	57	72	15	61	77
Floating Rate Note	109,3% CDI	-	-	-	1	-	1
FUNDIEST	30% + IGP-M a.m	21	122	143	18	123	141
FUNDOPEM	IPCA + 3,0% a.a	-	22	22	-	16	16
Nota de Crédito Rural e Exportação	105,3% CDI	70	278	348	68	57	125
Nota de Crédito Rural e Exportação	8,0 % a 9,60% a.a	71	157	228	68	155	223
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4,0% a.a / IPCA + 6,0% a.a	13	11	24	12	14	26
Vendor	-	2	-	2	2	-	4
Cessão de Crédito	9,38% a.a	6	-	6	20	-	26
Outros	Pré 1,3% a.m	10	-	10	-	-	10
Moeda Nacional		687	1.424	2.111	787	1.271	2.058
ACC - DESCONTO CAMBIAL	1,29% a.a	20	-	20	2	-	22
BNDES	Cesta de Moedas + 2,2% a 2,4% a.a	12	19	31	12	23	35
BNDES	Cesta de Moedas + Juros Variáveis	-	-	-	1	-	1
BNDES	US\$ + L + 1,60% a 2,10% a.a	1	3	4	2	4	6
BNDES	Variação Cambial + 1,65% a 2,16% a.a	3	9	12	3	10	15
Exterior	Libor + 0,92% a.a	87	5	92	93	-	93
Resolução 2770	US\$ + L + 1,3% a 1,7% a.a	-	-	-	2	-	2
Resolução 4131	US\$ + 1,60% a 2,12% a.a	1	510	511	-	-	511
Resolução 4131	US\$ + L + 1,3% a 1,7% a.a	-	50	50	1	438	439
Outros	-	14	45	59	-	-	59
Moeda Estrangeira		138	641	779	116	475	591
Total		825	2.065	2.890	903	1.746	2.649

Prazo de Vencimento	31/03/2014	31/12/2013
2014	89	89
2015	808	365
2016	384	134
2017	328	203
2018	229	74
2019	154	50
2020	137	9
2021	11	10
Demais	14	14
Total	2.065	2.649

ITR - Informações Trimestrais - 31/03/2014 - PAUSA INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Notas Explicativas	31/03/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures Duratex	1	112	113	6	109	115

contribuições, taxa de monetamento de importação (Taxa Cacex) e taxa de serviços administrativos incidentes sobre internação e importação de mercadorias na Zona Franca de Manaus.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	31/03/2014	31/12/2013
Crédito Prêmio de IPI de 1960 a 1985	114	111
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	11	11
Restituição do ILL Pago na Distribuição de Dividendos de 1989 a 1992	12	11
INSS - SAT, Alteração da Alíquota Rural, Vale Transporte e Seguro Saúde	7	5
PIS e COFINS	3	3
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	11	10
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	17	17
Taxa Cacex	21	21
Outros	15	16
Total	211	205

b) Provisões:

- **Tributárias:** As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.

- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Provisões para Contingências	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2013	435	71	21	527
Atualização Monetária	8	4	1	13
Constituição	70	4	-	74
Reversão	(24)	(5)	(1)	(30)
Pagamentos	-	(3)	-	(3)
Saldo Final	489	71	21	581
(-) Depósitos Judiciais	(4)	(7)	(1)	(12)
Saldo em 31/03/2014 após a compensação dos Depósitos Judiciais	485	64	20	569

Notas Explicativas

As principais discussões relativas às provisões tributárias são descritas a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 325: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio.
- IRPJ e CSLL – Plano Verão – R\$ 61: Pleiteamos o reconhecimento do direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial relativo ao exercício de 1989 por meio de aplicação integral do IPC (índice bruto) de 70,28% ou o diferencial de 51,83%.

c) Contingências não Provisionadas

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 31 de março de 2014, esses processos totalizavam R\$ 641 para causas tributárias, R\$ 13 para causas trabalhistas e R\$ 5 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 219: Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 202: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 28: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 22: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 21: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 18: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior.

Notas Explicativas

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é de R\$ 22.000, representado por 5.470.667.261 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.106.226.703 ordinárias e 3.364.440.558 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2013 e em 31 de Março de 2014:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2013	239.937.149	383.270.365	623.207.514	5.500
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.600
Bonificação de 10% em Ações	186.628.955	298.117.019	484.745.974	-
Subscrição de Ações	53.308.194	85.153.346	138.461.540	900
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000
Residentes no País	2.105.824.193	2.195.206.548	4.301.030.741	17.296
Residentes no Exterior	402.510	1.169.234.010	1.169.636.520	4.704
Em Circulação em 31/12/2013	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000
Ações Representativas do Capital Social em 31/03/2014	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000
Residentes no País	2.105.793.889	2.194.343.995	4.300.137.884	17.293
Residentes no Exterior	432.814	1.170.096.563	1.170.529.377	4.707
Ações em Tesouraria em 31/03/2014 (*)	-	(600.000)	(600.000)	(5)
Em Circulação em 31/03/2014	2.106.226.703	3.363.840.558	5.470.067.261	21.995

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Notas Explicativas

I. Cálculo

(Em milhões de Reais)

Lucro Líquido	1.681	
(-) Reserva Legal	(84)	
Base de Cálculo do Dividendo	1.597	
Dividendo Mínimo Obrigatório	399	25,00%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Provisionado	455	(56)	399
Dividendos	82	-	82
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 01/07/2014	82	-	82
Juros sobre o Capital Próprio	373	(56)	317
Complementar de R\$ 0,0682 por ação a ser declarado	373	(56)	317
Total em 31/03/2014 - R\$ 0,0730 líquido por ação	455	(56)	399
Total em 31/03/2013 - R\$ 0,0571 líquido por ação (*)	345	(41)	304

(*) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

c) Reservas Integralizadas

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

• Reservas estatutárias

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

Notas Explicativas

	31/03/2014	31/12/2013
Reservas de Lucros	12.140	10.976
Legal	1.204	1.120
Estatutárias	10.936	9.856
Equalização de Dividendos	2.574	2.066
Reforço do Capital de Giro	4.081	3.852
Aumento de Capital de Empresas Participadas	4.281	3.938
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	617
Outras Reservas	432	413
Total das Reservas na Controladora	12.572	12.006

Detalhamento das Reservas	Reserva de Lucros		Outras Reservas	Total das Reservas
	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldo em 31/12/2013	1.120	10.473	413	12.006
Constituição de Reservas	84	1.142	-	1.226
Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anteriores	-	(617)	-	(617)
Reorganizações Societárias	-	(62)	-	(62)
Opções Outorgadas Reconhecidas	-	-	19	19
Saldo em 31/03/2014	1.204	10.936	432	12.572

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais da ITAÚSA CONSOLIDADO.

Notas Explicativas

NOTA 17 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas

a) Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061	1.966.849
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,10 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Notas Explicativas

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Demais				
					Dez/13	Mar/14			2007 a 2011	2012	2013	1º tri/14	Períodos
					(*)								
30/03/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	53.740	53.740	11,42	1	1	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.050	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.445.154	1.445.154	10,36	25	25	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.901	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.512.330	1.512.330	8,47	19	19	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.951	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	830.467	830.467	4,64	9	8	1	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	1.420.779	1.420.779	8,21	9	5	2	2	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.859.377	1.859.377	5,11	9	1	3	3	-	2
09/04/2012	1.315.360	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	1.287.309	1.287.309	5,69	7	-	1	2	1	3
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.498.804	1.498.804	6,54	9	-	-	2	1	6
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	-	1.966.869	4,48	9	-	-	-	-	9
Soma	18.695.608				9.907.960	11.874.829		97	59	7	9	2	20
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								93	57⁽¹⁾	7⁽²⁾	8⁽³⁾	2⁽⁴⁾	19⁽⁵⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2011.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2012.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2013.

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado no 1º trimestre de 2014.

(5) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos

(*) Contempla bonificação de ações de 10% conforme AGO/E de 22/04/2013.

Em 31 de março de 2014 a Companhia possuía 2.255.054 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

b) Itautec S.A.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Itautec até o ano de 2006 possuía Plano para Outorga de Opções de Ações, com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações da Itautec.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Itautec.

O preço de exercício fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Itautec nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções.

A critério do Comitê era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos. As premissas utilizadas no valor justo das opções, com base no modelo "Binomial", foram as seguintes:

Notas Explicativas

Premissas

Data da Outorga	Plano 2004	Plano 2006
Quantidade de ações outorgadas (i) (ii)	112.655	173.333
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) - (ii)	44,70	45,60
Preço do exercício (em reais - R\$) - (ii)	23,55	36,45
Valor justo da opção (em reais - R\$) - (ii)	38,52	32,88
Prazo de carência	30/06/05	30/06/07
Prazo limite para exercício	31/12/14	31/12/16
Volatilidade	64%	65%
Dividendos (<i>dividend yield</i>)	1,5%	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	24,9%	13,7%

(i) Descontados os cancelamentos.

(ii) Considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada um, realizado em Outubro de 2006.

A volatilidade compreende o período dos últimos 3 anos até a data da outorga de cada plano.

Nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e não houve movimentação na quantidade de ações dos planos descritos acima no período apresentado.

Em 31 de março de 2014 o preço de mercado das ações era de R\$ 19,00 (R\$ 26,89 em 31 de dezembro de 2013) por ação.

c) Elekeiroz S.A.

Plano de outorga de opções

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas**NOTA 18 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Despesas de Pessoal	(43)	(47)
Remuneração	(28)	(29)
Encargos	(8)	(7)
Benefícios Sociais	(4)	(3)
Treinamento	(1)	(1)
Participações de Empregados nos Lucros	(2)	(7)
Despesas Administrativas	(22)	(28)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(2)	(2)
Serviços de Terceiros	(9)	(11)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1)	(1)
Despesas de Viagem	(1)	(1)
Aluguel e Instalações	(3)	(3)
Outros	(6)	(10)
Depreciação	(2)	(5)
Total	(67)	(80)

NOTA 19 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Reversão Provisões para Contingências	18	(9)
Resultado de Plano Benefício	-	2
Amortização de Carteira de Clientes	(7)	(7)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(5)	(5)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado (*)	161	55
Recuperação de Despesas	-	32
Pesquisa e Desenvolvimento	1	13
Outros	(2)	(1)
Total	166	80

(*) Inclui o reconhecimento, em 2014, do saldo acumulado do resultado não realizado decorrente de operações de venda realizadas pela Itaútec para empresas do Conglomerado Itaúsa, no montante de R\$ 100, tendo em vista que o controle dos negócios de automação bancária, automação comercial e de prestação de serviços, passou para OKI Electric.

Notas Explicativas**NOTA 20 - LUCRO POR AÇÃO**

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA - Investimentos Itaú S.A. pelo número médio de ações durante os exercício, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Lucro Líquido de Operações em Continuidade	1.681	1.329
Lucro Líquido de Operações Descontinuadas	-	(47)
Dividendo Mínimo Não Cumulativo Sobre as Ações Preferenciais, Segundo Nossos Estatutos	(34)	(33)
Subtotal	1.647	1.249
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual	(21)	(21)
Subtotal	1.626	1.228
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	626	473
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.000	755
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	647	494
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.034	788
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	2.106.226.703	2.052.918.509
Ações Preferenciais	3.364.240.558	3.279.287.212
Lucro por Ação - Básico e Diluído de Operações em Continuidade - R\$		
Ações Ordinárias	0,31	0,25
Ações Preferenciais	0,31	0,25
Lucro por Ação - Básico e Diluído de Operações Descontinuadas - R\$		
Ações Ordinárias	-	(0,01)
Ações Preferenciais	-	(0,01)

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

Notas Explicativas

NOTA 21 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 – “Combinação de Negócios”. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2013	Amortizações/ Realizações	31/03/2014
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente (*)	115	(14)	101
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	89	(4)	85
Outros	2	-	2
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	206	(18)	188
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	67	-	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	273	(18)	255
Passivo fiscal Diferido (IV)	(109)	7	(102)
Total ágio alocado (V = III + IV)	164	(11)	153
Agio - Goodwill	437	-	437

(*) Em 2013 foram realizados os valores relativos a Redecard.

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

Notas Explicativas

NOTA 22 - BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 31 de março de 2014 com 10.039 participantes (10.262 em 31 de dezembro de 2013).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras. O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, foi reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2014.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros ativos (Nota 6a) é de R\$ 124 (R\$ 122 em 31 de dezembro 2013). Foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 2 (R\$ 2 em 31 de março de 2013).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Em 31 de março de 2014, o saldo registrado em Outros ativos (Nota 6a), correspondente ao equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do Plano BD era de R\$ 53 a ser realizado em 23 parcelas mensais, remuneradas pelo retorno dos investimentos do Plano de previdência BD.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/03/2014	31/03/2013
Taxa de Desconto	12,73% a.a.	8,16% a.a.
Tábua de Mortalidade (1)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	9,18 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	6,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	6,00 % a.a.	4,00 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

Notas Explicativas

NOTA 23 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itautec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 31 de março de 2014 podem ser acessadas no site www.itaunibanco.com.br/ri.

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga), que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itautec: atua no mercado de informática, sendo especializada no desenvolvimento de produtos e soluções de computação.

Notas Explicativas

	Janeiro a Março	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽¹⁾
		Itaú Unibanco Holding	Duratex ⁽⁵⁾	Elekeiroz	Itautec ^{(5) (6)}	
Ativos Totais	2014	1.025.285	8.584	697	492	42.769
	2013	947.655	7.768	690	1.083	39.160
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2014	35.663	930	241	55	2.891
	2013	27.557	865	226	151	2.488
Lucro Líquido	2014	4.551	161	-	(6)	1.784
	2013	3.482	149	1	1	1.378
Patrimônio Líquido	2014	84.481	4.510	504	142	36.677
	2013	76.255	4.160	478	544	32.770
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽³⁾	2014	22,1%	14,5%	0,2%	-15,8%	19,6%
	2013	18,5%	14,6%	1,1%	0,5%	16,8%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2014	22.571	227	12	-	463
	2013	14.497	355	12	(19)	197

(1) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco Holding S.A não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Elekeiroz e Itautec: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez'13 + mar) / 2).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(5) Na Duratex e Itautec os valores apresentados desconsideram as Receitas Operacionais classificadas no Resultado de Operações Descontinuadas.

(6) Em 2013, os Ativos Totais e Patrimônio Líquido incluem às Operações Descontinuadas.

Notas Explicativas

NOTA 24 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaú Unibanco e a Fundação Itaúsa Industrial, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚSA e/ou por suas controladas;
- Os Investimentos nas Empresas Não Consolidadas (Nota 8 II) – Itaú Unibanco Holding e IUPAR – Itaú Unibanco Participações.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31/03/2014	31/12/2013	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Aplicações Financeiras	136	213	5	8
Itaú Unibanco S.A.	136	213	5	8
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	-	1	-	-
Itaú Unibanco S.A.	-	1	-	-
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	-	18
Itaú Unibanco S.A.	-	-	1	17
Itaú Seguros	-	-	(1)	(1)
Banco Itaú BBA	-	-	-	2
Total	136	214	5	26

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 1 (R\$ 2 de 01/01 a 31/03/2013) em função da utilização da estrutura comum.

Notas Explicativas

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/03/2014	31/12/2013
Duratex S.A.	519	522
Elekeiroz S.A.	78	84
Itautec S.A.	70	102
Total	667	708

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos administradores são compostos conforme segue:

ITAÚSA	31/03/2014	31/03/2013
Remuneração	2	1
Participações no Lucro	2	1
Total	4	2
DURATEX	31/03/2014	31/03/2013
Remuneração	4	4
Participações no Lucro	2	3
Opções de Ações	2	2
Total	8	9
ITAUTEC	31/03/2014	31/03/2013
Remuneração	2	2
Participações no Lucro	-	2
Total	2	4
ELEKEIROZ	31/03/2014	31/03/2013
Remuneração	2	1
Total	2	1

Notas Explicativas

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos ao qual a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, que refletem principalmente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação das debêntures emitidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 882 que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA.

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de SWAP US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de SWAP Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de NDF (*Non Deliverable Forward*): esse tipo de operação tem o objetivo de transformar passivos denominados em Dólares para Reais. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (PTAX).
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do SWAP.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito acumulado	
	(nocial)		Valor a Receber	Valor a Pagar
	31/03/2014	31/03/2014		
Contratos de Swaps	43	22	25	(3)
Posição Ativa	900	915	25	(3)
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	600	585	25	(2)
Taxa Pré-Fixada	300	330		(1)
Posição Passiva	(857)	(893)	-	-
CDI	(857)	(893)		
Contratos de Futuro (NDF)	43	(1)	-	(1)
Compromisso de Compra	43	(1)	-	(1)
Moeda Estrangeira (USD)	43	(1)	-	(1)

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito acumulado	
	(nocial)		Valor a Receber	Valor a Pagar
	31/12/2013	31/12/2013		
Contratos de Swaps	46	1.596	49	(2)
Posição Ativa	791	822	49	(2)
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	483	488	49	(2)
Taxa Pré-Fixada	308	334	-	-
Posição Passiva	(745)	774	-	-
CDI	(745)	774	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	45	1	2	-
Compromisso de Compra	45	1	2	-
Moeda Estrangeira (USD)	45	1	2	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações.

Notas Explicativas

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

31/03/2014	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos	830	1.181	985	14
Fornecedores e Outras Obrigações	294	123	-	-
Total	1.124	1.304	985	14

31/12/2013	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos	928	1.244	604	10
Fornecedores e Outras Obrigações	355	126	-	-
Total	1.283	1.370	604	10

Notas Explicativas

d) Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA CONSOLIDADO, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deteriorização da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(8)	(20)	(32)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		8	20	32
	Swap - US\$ / CDI (Res. 2770 Res. 4131)	Queda US\$	(17)	(211)	(405)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	17	211	405
	NDF (US\$)	Queda US\$	(2)	(12)	(22)
	Swap (US\$)	Aumento US\$	43	33	22
Cambial	Swap (US\$)	Aumento CDI	(45)	(45)	(45)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira	US\$ / EUR	1	(4)	(4)
	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(10)	(20)
		Aumento US\$		10	20
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	(2)	3	7
		(Aumento US\$)		(3)	(7)
	ACC - Desconto Cambial	Queda US\$	-	5	10
		(Aumento US\$)	-	(5)	(10)
	Fornecedores Exterior	Queda US\$	-	1	1
		(Aumento US\$)	-	(1)	(1)
Total			(5)	(28)	(49)

Notas Explicativas

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 – “Instrumentos financeiros: evidencição” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

	31/03/2014	31/12/2013
Ativos (*):	3.485	3.225
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.904	1.539
Contas a Receber de Clientes	1.186	1.180
Dividendos/JCP	258	373
Depósitos Vinculados	38	28
Partes Relacionadas	34	40
Crédito com Precatórios	65	65
Passivos:	4.357	4.080
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	3.003	2.765
Fornecedores / Outras Obrigações	253	305
Dividendos/JCP	1.097	1.015
Instrumentos Financeiros Derivativos	4	(5)

(*) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 8 I.

Notas Explicativas

NOTA 26 – INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Medida Provisória nº 627 (MP 627/13): em 11 de novembro de 2013 foi publicada a MP 627/13 que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida MP 627/13 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

Com base no texto vigente estimamos que a referida MP 627/13 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA.

NOTA 27 – EVENTOS SUBSEQUENTES

O Conselho de Administração da Itaúsa homologou, em 25/04/2014, aumento de capital com emissão de 84 milhões de novas ações, sendo 32.340.304 ações ordinárias e 51.659.696 ações preferenciais, no montante de R\$ 525 milhões.

Na Assembleia Geral de 28/04/2014 foi aprovada a bonificação de 10% em ações, mediante capitalização de Reservas, no valor de R\$ 4,5 bilhões. O custo unitário atribuído às ações bonificadas é de R\$ 8,101295339, independente da espécie. As ações subscritas no aumento de capital social também fizeram jus à bonificação de 10% em ações.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Itáusa – Investimentos Itáu S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Itáusa – Investimentos Itáu S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em

todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de maio de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ. 61.532.644/0001-15 Companhia Aberta NIRE. 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A., após procederem ao exame das demonstrações contábeis referentes ao 1º trimestre de 2014, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do relatório de revisão emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Sociedade no período.

São Paulo (SP), 28 de abril de 2014.

(aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente;
José Carlos de Brito e Cunha e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

HENRI PENCHAS
Diretor de Relações com Investidores